

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 201

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 058ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Carlos Belinati

Às treze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4388

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo, item 33 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que institui o FUNSEG no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 4387

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Faculdade de Administração e Direito na região da CIC, nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 098/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a implantar a Universidade Estadual de Curitiba, com sede na Cidade Industrial de Curitiba - CIC.

Art. 2º - Os primeiros cursos a serem implantados pela Universidade Estadual de Curitiba serão preferencialmente os cursos de Direito e de Administração de Empresas.

Art. 3º - A Universidade, a ser criada, funcionará em período noturno, em prédios de escolas estaduais disponíveis, a critério do Poder Executivo.

Art. 4º - O funcionamento efetivo e contratação de corpo administrativo e docente serão objeto de regulamentação governamental.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 036/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre o acesso de permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 036/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os deficientes visuais acompanhados por cães-guias, especialmente treinados para este fim, têm direito ao acesso e permanência em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento de ingresso no *caput* deste artigo, consideram-se locais abertos ao público, utilizados pelo público:

I - próprios estaduais de uso comum do povo e de uso especial;

II - edifícios de órgãos públicos em geral;

III - hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;

IV - lojas de qualquer gênero, restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes;

V - cinemas, teatro, estádios, ginásios ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;

VI - supermercado, "shopping centers", ou qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;

VII - estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;

VIII - clubes sociais abertos ao público;

IX - salões de cabeleireiros, barbearias ou estabelecimentos similares;

X - entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como as áreas comuns de condomínios;

XI - meios de transportes públicos ou concedidos;

XII - estabelecimentos religiosos de qualquer natureza.

§ 2º - Nos locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso e permanência do cão-guia.

Art. 2º - Os deficientes visuais quando acompanhados do cão-guia portar documentos que comprovarem que o animal recebeu treinamento.

Art. 3º - Os estabelecimentos e pessoas que impedirem o acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados do cão-guia estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência e multa de 2.000 (dois mil) FACs - Fator Atualizado e Conversão Monetária, na primeira infração.

II - multa de 4.000 (quatro mil) FACs - Fator de Atualização e Conversão Monetária, na primeira reincidência;

III - multa de 6.000 (seis mil) FACs - Fator de Atualização e Conversão Monetária, na segunda reincidência;

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(aa)ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero declarar contrário os votos da Bancada do PMDB.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Os votos da Oposição são contrários ao item 4.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Peço que V. Exa, inclusa o meu nome, pois não posso votar, mas se estivesse votando, votaria contrariamente.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que institui o programa de Incentivo ao Produtor de Algodão - Fungodão e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 242/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná - Proalpar, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - SEID, que tem como objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

Art. 2º - O candidato interessado em integrar-se no programa, a que se refere o artigo 1º, e nos benefícios decorrentes desta lei, deverá observar como pré condições mínimas de instalação e de processamento, o seguinte:

I - manutenção do programa de treinamento e qualificação de mão-de-obra, por conta própria ou em convênio com terceiros;

II - comprovação de regularidade de suas obrigações para com o fisco estadual, inclusive, quanto à existência de débito inscrito em Dívida Ativa.

Art. 3º - Às indústrias que atenderem as pré condições, definidas no artigo 2º, será concedido um crédito fiscal relativo ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos seguintes percentuais:

I - na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem: 80% (oitenta por cento) do ICMS devido;

II - na saída do produto da indústria de confecção: 85% (oitenta e cinco por cento) do ICMS devido;

III - saída da pluma de algodão para outros Estados: 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido.

§ 1º - Quando as atividades das indústrias mencionadas nos incisos I, II e III forem exercidas pelo mesmo estabelecimento, aplica-se o benefício proporcionalmente às saídas de produtos.

§ 2º - A fruição do benefício previsto no *caput* deste artigo, implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer outros créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de matérias-primas e insumos da produção

Art. 4º - O Proalpar terá duração mínima de 06 (seis) anos devendo ser reavaliado a cada (dois) anos pelos representantes das entidades componentes do Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial,

no que concerne ao atendimento dos objetivos previstos no artigo 1º desta lei, que emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente, sobre a conveniência de sua continuidade ou não.

§ 1º - A primeira reavaliação, independente do transcurso do prazo fixado no *caput* deste artigo, deverá ser efetuada até 30 de dezembro de 2003.

§ 2º - As indústrias que tiverem seus projetos aprovados ou cadastrados no Proalpar, durante a vigência desta lei, ficam assegurados incentivos previstos no artigo 3º desta lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do início das operações.

§ 3º - O cadastramento e o credenciamento no Proalpar, serão realizados junto ao Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, na forma definida no regulamento desta lei.

Art. 5º - Poderão ser beneficiárias do Proalpar as indústrias, pessoas jurídicas, regulares e com inscrição no Cadastro de Contribuintes que requeiram os benefícios fiscais tratados nesta lei e que atendam as pré condições mínimas definidas no artigo 2º desta lei e desde que, expressamente, concordem com a obrigação estatuída no artigo 6º desta lei.

Art. 6º - Não será concedido, e poderá ser suspenso, o incentivo previsto nesta lei às indústrias que deixarem de atender ao disposto nos artigos 2º e 7º.

Art. 7º - Do valor do crédito fiscal previsto no artigo 3º desta lei, 40% (quarenta por cento) deverá ser recolhido para apoiar os produtores e 10% (dez por cento) para a pesquisa do algodão.

Art. 8º - Os benefícios, estabelecidos nesta lei, aplicam-se, também, na hipótese de ampliação de plantas existentes.

Art. 9º - O Poder Executivo editará as normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº24/2001, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em Comissão com a denominação de Assistente de Segurança e simbologia 9-C.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 287/2001

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam transformados, da lotação no Departamento de Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão, símbolo 9-C, criados pelas Leis nºs 7.880, de 20 de julho de 1984, 10.701, de 10 de janeiro de 1997, e 10.818, de 25 de maio de 1994, de Assistente de Segurança para Agentes Administrativos.

Art. 2º - Os agentes administrativos terão como atribuição o assessorar nos trabalhos internos de unidade policial ficando vedado o exercício de qualquer atividade inerente a funções que decorrem de cargos específicos de carreira da Polícia Civil, em destaque a de Delegado de Polícia.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias e já previstas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - São requisitos necessários para a nomeação no cargo de Agentes Administrativos:

- a) - comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;
- b) submeter-se a teste psicotécnico;
- c) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Art. 5º - Aos ocupantes dos cargos públicos com carreira definida pela Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no art. 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis nº 13.049/2001, de 16 de janeiro e 13.117/2001, de 21 de março de 2001. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 289/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I
Da Assessoria Especial

Art. 1º - Fica criada a Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania- Seju, responsável pela execução da política estadual de integração à pessoa portadora de deficiência.

I - Compete à Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, oportunizar a execução da política a ser estabelecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - O cargo de Assessor Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência será preenchido preferencialmente por pessoa com conhecimento na área da pessoa portadora de deficiência, sendo de livre nomeação pelo Governador do Estado.

Parágrafo Único - A Assessoria de que trata este artigo utilizará a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania- Seju.

Capítulo II

Do Conselho Estadual dos
Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 2º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar os direitos da pessoa portadora de deficiência, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 3º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência instituirá a Política Estadual, para a Integração da PPD que disporá sobre: saúde, acesso à educação, habilitação e reabilitação profissional, acesso ao trabalho, cultura, desporto, turismo e lazer, acessibilidade, dentre outros aspectos pertinentes à área.

Art. 4º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - formular a política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência, observados os preceitos legais;

II - apreciar e avaliar a proposta orçamentária da política;

III - estabelecer prioridades de atuação, auxiliando na definição da aplicação de recursos públicos estaduais destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência;

IV - propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais, diretamente ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

V - oferecer subsídios para elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência;

VI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre fatos relacionados com a pessoa portadora de deficiência;

VII - incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates e pesquisas sobre a questão das deficiências, voltados tanto à estrutura governamental como em geral;

VIII - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender a seus objetivos;

IX - incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

X - receber, de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares, todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 5º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será composto por 12 integrantes nomeados pelo Governador do Estado, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes dos seguintes órgãos do Governo Estadual, indicado pelos seus respectivos titulares:

- a) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;
- b) Secretaria de Estado da Saúde;
- c) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;
- d) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;
- e) Secretaria de Estado da Educação;
- f) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

II - 06 (seis) representantes das instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas, indicadas pela Assembléia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

- a) deficiência física (01);
- b) deficiência auditiva (01);
- c) deficiência mental (01);
- d) deficiência visual (01)
- e) condutas típicas (01)
- f) múltipla deficiência (01).

Parágrafo Único - Os representantes governamentais serão preferencialmente pessoas comprometidas com a causa da pessoa portadora de deficiência.

Art. 6º - As organizações da sociedade civil com representação estadual interessadas em integrar o Conselho, deverão se inscrever junto a Seju, para participação da Assembléia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que será convocada 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, em primeira convocação, sendo as demais convocadas a cada 02 (dois) anos, pela Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. As entidades deverão comprovar documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicar seu representante o respectivo suplente.

§ 1º - Na Assembléia serão indicados os representantes e respectivos suplentes, através de processo eletivo. Este processo obedecerá as disposições contidas em

regimento interno o qual será discutido e aprovado pelos participantes antes do início da assembléia.

§ 2º - Na ausência de entidade com representação estadual em qualquer das áreas descritas no inciso II do artigo anterior, será indicada outra mediante eleição entre as demais organizações não governamentais.

Art. 7º - A Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em conjunto com a Seju, ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do Colegiado.

Art. 8º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbido à Seju, adotar as providências para tanto.

Art. 9º - O desempenho da função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 10 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após as nomeações de seus membros elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o seu presidente, vice-presidente e secretário geral.

Art. 11 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu regimento interno.

Capítulo III

Art. 12 - O provimento de cargos e empregos públicos, nos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, obedecidos o princípio do concurso público de provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva do percentual mínimo de 5% (cinco por cento) para pessoa portadora de deficiência.

Art. 13 - Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever no concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º - O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado, no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º - Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior, resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 14 - Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

I - Cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II - Cargo ou emprego público integrante da carreira que exija aptidão plena do candidato.

Art. 15 - Os editais de concursos públicos deverão conter:

I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente a reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;

II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e

IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente, da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

Art. 16 - É vedado à autoridade competente obstar a inscrição da pessoa portadora de deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual direta e indireta.

§ 1º - No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 17 - A pessoa portadora de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Decreto, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I - ao conteúdo das provas;

II - a avaliação e aos critérios de aprovação;

III - ao horário e ao local de aplicação das provas;

IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 18 - A publicação do resultado final do concurso será feito em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

Art. 19 - O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional.

Art. 20 - Na hipótese da pessoa portadora de deficiência ser considerada inapta, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de trinta (30) dias, Junta Médica para os exames, comunicando o fato ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 1º - Da Junta Médica, farão parte, no mínimo, um (um) médico clínico, dois (02) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e um (01) médico com conhecimento de reabilitação da mesma deficiência.

§ 2º - é facultado ao candidato indicar um médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 21 - Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário de Estado da Administração, que decidirá ouvido o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 22 - O Poder Executivo, regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente as Leis nºs 13.049, de 16 de janeiro de 2001, 13.117, de 21 de março de 2001, 13.225, de 10 de julho de 2001 e 7.875 de 02 de julho de 1984.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 337/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - fica introduzido inciso XI ao artigo 4º da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 4º -.....

XI - operações em embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos e aves”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

Neste instante transmito a presidência ao deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatória a inclusão na Rede Pública de Ensino, da disciplina História do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 358/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

§ 1º - A disciplina História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.

§ 2º - A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

Art. 2º - A Bandeira, o Escudo o Hino do Paraná deverão ser incluídos nos conteúdos da disciplina da História do Paraná.

Parágrafo Único - O hasteamento da Bandeira do Estado e o canto do Hino do Paraná se constituirão atividades semanais regulares e, também nas comemorações festivas nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual.

Art. 3º - As instituições escolares e a comunidade poderão concorrer para a eficácia da aprendizagem da História do Paraná, através de um processo de cooperação permanente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.
(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da

Vitória a alienar o imóvel que especifica. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001).

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 448/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001).

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 476/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/2001, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2002. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 476/2001
A Assembléia Legislativa do Estado
do Paraná

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$10.674.078.740,00 (dez bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, setenta e oito mil, setecentos e quarenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$732.228.950,00 (setecentos e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista.

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Estadual nº 13.235, de 25 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações ao Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

1 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTA	R\$ 9.027.868.870
1.1 Receitas Correntes	R\$ 7.906.374.100
1.2 Receitas de Capital	R\$ 1.121.494.770
1.3 Deduções para o Fundef	R\$ 732.228.950
2 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADA LÍQUIDA	R\$ 8.295.639.920
2.1 Receita Correntes	R\$ 7.174.145.150
2.2 Receita de Capital	R\$ 1.121.494.770
3 - RECEITA PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS E EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.441.497.870
3.1 Receitas Correntes	R\$ 1.247.561.310
3.2 Receitas de Capital	R\$ 193.936.560
4 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 204.712.000
4.1 Receitas Correntes	R\$ 168.030.000
4.2 Receitas de Capital	R\$ 36.682.000
5 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 9.941.849.790
5.1 Receitas Correntes	R\$ 8.589.736.460
5.2 Receitas de Capital	R\$ 1.352.113.330

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$9.737.137.790,00 (nove bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$391.574.000,00 (trezentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2001, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001,

dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos /Atividades/ Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - abrir créditos adicionais até o limite de 15% (quinze por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; emendas nº 20/98 e nº 30/2000, com a Constituição Estadual, Lei Estadual nº 12.601/99 e demais legislação em vigor utilização como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

IX - abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do

encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas e Santa Catarina, e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador, e proceder a abertura de créditos adicionais decorrentes.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 15 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, sendo vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação as Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 16 - Fica o poder Executivo autorizado a proceder, antes do início da execução orçamentária as adequações necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 - Criação da Unespar, e da Emenda Constitucional nº 10 de 06 de outubro de 2001 -

Alteração dos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para a realocação de recursos de investimentos e manutenção do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal, indica-se os alocados inicialmente nesta Lei, no Departamento da Polícia Civil, conforme disposto no Anexo VI.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes necessários nas dotações orçamentárias da Universidade Estadual de Maringá - UEM objetivando implementar Cursos de Extensão Universitária nos Municípios de Cianorte e Umuarama, no Orçamento da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG para implementação do Curso de Medicina, utilizando os recursos indicados no Anexo VI desta Lei.

Parágrafo Único - Os ajustes mencionados neste artigo estendem-se às demais Entidades de Ensino Superior do Estado, utilizando como recursos o disposto no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Art. 18 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 7º desta Lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei, bem como abrir créditos adicionais necessários à sua implementação.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a recompor nos termos da proposta original as dotações que serviram de recursos para atender as proposições parlamentares dispostas no Anexo VI, até o limite destas, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(aa) CÉSAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 043/2001. O valor das pensões de que tratam o artigo 2º da Lei nº 7.568/82 e suas posteriores alterações concedidas a viúvas de ex-governadores, será igual ao benefício constante do artigo 85, § 5º da Constituição Estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 478/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O valor das pensões de que tratam o artigo 2º da Lei nº 7.568/82 e suas posteriores alterações, concedidas a viúvas de ex-governadores, será igual ao benefício constante do artigo 85, § 5º, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - O benefício, de que trata o *caput* deste artigo, será estendido às viúvas dos ex-deputados estaduais.

Art. 2º - Os servidores públicos aposentados, quando nomeados para ocupar cargos efetivos, terão suas aposentadorias canceladas a pedido, facultando-se a contagem no novo cargo, do tempo de serviço anteriormente computado, respeitadas as condições previstas no artigo 35, § 1º, inciso III, da Constituição Estadual e legislação pertinente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 519/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 519/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente no município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 602/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Bairro Pioneiro do município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 602/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural do Bairro Pioneiro, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 14

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 605/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19/11/2001).**

ITEM 15

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 607/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antonio do Jataesse, com sede e foro no município de Tupãssi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19/11/2001).**

ITEM 16

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 616/2001, de autoria do deputado Edno Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21/11/2001).**

ITEM 17

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2001, que altera a redação dos dispositivos da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995 - IPVA, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 626/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

“Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O inciso I, o § 2º e alínea “a” do § 3º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - no mês de fevereiro, nas datas fixadas em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até seis parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de julho, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

Alteração 2ª - Fica renumerado o atual artigo 23, para 24, passando o artigo 23 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 - Os créditos tributários vencidos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até oito parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a cinquenta vezes o valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, vigente na data do pedido de parcelamento”.

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal, e do respectivo imposto, calculado em quantidade de FCA, que constituem, os anexos I e II desta lei e que vigorarão no ano de 2.202.

Art. 3º - O parágrafo único do artigo 2º, da Lei nº 11.962, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A partir do exercício financeiro de 2002, os fundos de que trata o *caput* deste artigo, deverão aplicar em Despesas Correntes, até 70% dos recursos arrecadados, manter contabilidade própria e seus recursos depositados em conta do Tesouro Geral do Estado.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 18

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público de direito privado sob controle acionário da administração pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Rejeitado.**

ITEM 19

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X, do Regimento dos Atos Judiciais e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Foi encaminhado à CCJ.**

ITEM 20

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto - taxistas. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 21

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Cambira, com sede e foro no município de Cambira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 22

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente "Casa São Luiz", com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 23

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro na cidade de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRE-

CIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 25

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Candói, com sede no município de Candói e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 26

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de Esquina Progresso do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 27

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que obriga todas as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento) de fécula de Mandioca para mistura na massa de Panifícios e Derivados. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 28

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 29

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza a Construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Salto Natal no Município de Campo Mourão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 560/2001

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 560/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica mencionada no Artigo 1º desta lei, está con-

dicionada ao cumprimento das normas ambiental emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, e ainda as disposições dos Artigos 163 e 207, § 1º, V da Carta Estadual.

Sala das Sessões, em 12.12.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti e Eli Ghellere.

Emenda de Plenário.

Como não está incluído na convocação para ser analisada em Comissão Geral, ela deve retornar a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Autoria de quem a emenda, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados.

ITEM 30

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 577/01, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Governo do Estado a doar 10 (dez) alqueires de terra da Fazenda Iapar, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura, localizada no município de Paranavaí, para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, aonde serão construídas 40 casas para a Vila Rural. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Gostaria de justificar aqui o voto contrário da Bancada do PT, tendo em vista que entramos em contato com técnicos do Iapar e eles nos informaram que se passar esse projeto, vai prejudicar os trabalhos que o Iapar vem desenvolvendo.

Então, registro aqui o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI

No dia de ontem, tínhamos requerido a retirada deste projeto da Ordem do Dia e posteriormente o deputado Kielse e outros parlamentares requereram a reinclusão na Ordem do Dia e transformação, inclusive, para a Comissão Geral.

Não quero até discutir o mérito se está certo ou está errado. Só quero dizer o seguinte, Dr. Florindo Dalberto - presidente do Iapar, juntamente com dois técnicos que o assessoram, estiveram anteontem aqui na Assembleia e nos disseram - a mim e a outros parlamentares - que este projeto não poderia prosperar, porque fere de morte os interesses do Iapar, na região Noroeste do Paraná, em especial agora que se implantou esse projeto de desenvolvimento da região Noroeste e que o Iapar vai ter que trabalhar muito mais em pesquisa do que já trabalha naquela região.

Esta área que está se pretendendo retirar do Iapar, fará falta à pesquisa que o Iapar procura desenvolver e vem desenvolvendo.

Por conhecer o Dr. Florindo Dalberto, desde uns 20 anos atrás, por conhecer a competência e a maneira como ele se comporta, é que eu, pessoalmente, estou convencido que este projeto não deveria prosperar da forma como está proposto pelo deputado Kielse.

Razão pela qual ontem havíamos solicitado a sua retirada, para que pudéssemos estudar uma fórmula melhor.

Por esta razão, eu, pessoalmente, neste instante encaminho contrário a este projeto em respeito à manifestação o Sr. Florindo Dalberto, presidente do Iapar.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente e senhores deputados, este projeto não é apenas uma doação de área para a Cohapar. Trata-se de uma fazenda de 100 alqueires que o Iapar detém dentro do município de Paranavaí. Esta parte não está sendo utilizada para pesquisa, e vamos ter a integração da pesquisa entre a Vila Rural que será implantada dentro desta área, motivando quarenta famílias a terem um apoio do Iapar, para que possamos, a partir desta implantação, termos um modelo para toda a região Noroeste do Estado. Estamos em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranavaí, doando concomitantemente à Faculdade Favipa, para que seja feita a pesquisa em parceria com o Iapar e todos os institutos instalados no Estado do Paraná, doando o prédio mais o terreno, que tem 19 hectares, para a Universidade do Noroeste do Estado, em parceria com a Unipar também. E será implantado o maior sistema de pesquisa da história da região Noroeste.

Peço a todos os deputados que aprovem esta doação, que chega a 10% da fazenda do Iapar, e teremos, sem sombra de dúvida, uma Vila Rural modelo, onde os moradores terão apoio direto do Iapar.

Faremos contato com o presidente do Iapar, todas as adequações financeiras, para que o Iapar tenha mais apoio financeiro do Governo do Estado.

Peço a aprovação deste projeto que é muito importante a toda a região Noroeste.

Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Em que pese todo o respeito que tenho pelo deputado Cleiton Kielse, porque é do meu partido, mas vejo com preocupação a retirada destes 10% dessa área que pertence ao Iapar. Este instituto tem prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná na área de pesquisa. Trabalhando em parceria com a Embrapa, conseguiu viabilizar o plantio direto na região do Arenito Caiuá.

Vejo neste projeto uma mutilação no trabalho que faz o Iapar em todo Estado do Paraná. Uma área de 100 alqueires para pesquisa, os senhores hão de convir que é uma área pequena.

Gostaria de debitar a responsabilidade para construção das vilas rurais - das quais aprovo - à Prefeitura Municipal de Paranavaí, que muito bem pode fazer desapropriações de áreas, mas não retirando do Instituto Agrônomo do Paraná, que é um instituto que dá luzes e cada ano ganhamos mais em tecnologia, mais em produtividade.

Sugiro aos companheiros, principalmente os da região Noroeste do Estado, que votem contra este projeto.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Não é nenhuma divergência ao projeto do deputado Cleiton Kielse, mas é pela essência.

A responsabilidade de terreno para implantação de vila rural é do município. O Iapar já está perdendo linha de beneficiamento de sementes em Ponta Grossa. O Iapar tem uma responsabilidade muito grande em variedades que são cultivadas no Paraná, hoje, que são fundamentais para nossa agricultura. Ele é responsável por todos os eventos acontecidos na agricultura no Paraná nos últimos tempos. Ele tem variedade de feijão única no Brasil. Tem hoje carcaça de suíno desenvolvida nas suas experiências que são exemplo para o Brasil.

O Iapar tem hoje, na questão da adubação verde, desenvolvimento e pesquisa fundamental para a agricultura do Paraná. Nós não podemos tirar o que resta do Iapar. Apenas por isso. Não é no mérito do projeto do deputado Kielse, que acho que fazer uma vila rural para servir de exemplo a todo Noroeste é fundamental, mas que não tire esse área do Iapar.

O Iapar tem sofrido muito nos últimos tempos com a falta de apoio para investimento no desenvolvimento da sua pesquisa.

Então, acho que tirar uma área do Iapar pode prejudicar nesse desenvolvimento.

Além daquilo que estão falando aí, sabemos que o Iapar contribui decisivamente com a pesquisa do nosso Estado. O programa de manejo integrado dos solos e água, que foi ontem falado pelo Fernando Ribas Carli aqui, como sendo criado micro-bacia pelo Paraná, foi desenvolvida pesquisa dentro do Iapar.

O Iapar é a única coisa que nos resta em termos de pesquisa pública do Paraná.

Então, acho que não devemos fazer isso com o nosso Iapar. Eu defendo que continue essa área para o Iapar.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero deixar bem claro que o nosso projeto de forma nenhuma é contra o Iapar.

Ao contrário, temos muitas alegações. Posso dizer dezenas de alegações de falta de atendimento em muitas solicitações, em muitos municípios do Estado.

Nós queremos ressaltar que respeitamos o Iapar; queremos essa parceria muito mais integrada para o ano

de 2002, tendo essa pesquisa dentro de uma vila rural, embutida também ao lado da Fazenda do Iapar.

Nós queremos que dentro dessa vila rural produzam soja, trigo, que é impossível no arenito, mas que venha a ter uma pesquisa também. Feijão, milho, para que possamos reutilizar como modelo essa vila rural para mais de quatrocentos vilas rurais que estamos tendo no Estado do Paraná.

Por isso essa quase permuta que estamos fazendo, em uma área que o Iapar não está utilizando. Quero deixar bem claro isso, que seria o residual de dez alqueires, que fortaleceria o orçamento do Iapar, que tentamos comprar uma área ao lado do Iapar, mas não temos áreas vizinhas a esta fazenda, que está dentro da cidade de Paranavaí.

Por isso, de forma nenhuma temos algo contra o Iapar. Temos a favor. Isso sim. Queremos o Iapar cada vez mais forte, com mais orçamento, tendo pesquisas eficientes ao Noroeste do Estado e fortalecendo cada mais todos os projetos que individualmente cada deputado tem em parceria com o Instituto de Pesquisa do Estado do Paraná.

Por isso, ressalvo, peço o voto de cada companheiro, ressaltando a importância desse projeto no que diz à pesquisa direcionada em favor dos pequenos e micro-agricultores e também em parceria, como falou o deputado Divanir Braz Palma, fortalecendo todo o pensamento que V. Exa, tem no fortalecimento do Arenito Caiuá e tendo o novo Arenito Caiuá com a plantação de soja que V. Exa. também defende, com a pesquisa nessa vila rural.

Gostaria de integrar isso e ter o ano de 2002, no final, ou no meio de 2002, já alguma coisa sendo produzida em parceria com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Continua em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de quórum, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

17 senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

18 senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o projeto.

ITEM 31

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, extinção, transformação e criação de cargos que especifica, no Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 32

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza a Construção de Usina Termelétrica no município de Imbituva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 33

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2001, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNSEG, de personalidade jurídica única com um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, conforme especifica. **(Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001 - Mens.)**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 178/2001.

ITEM 34

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, o creditamento de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 443/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, tem por objetivo creditar o pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residam, se inativos, ou prestem serviços, se ativos.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a se manifestar de acordo com o parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno, posiciona-se favoravelmente à sua aprovação, por entendê-lo em consonância com a ordem jurídica, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 35

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2001, que dispõe que os recursos providos pelo Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964,

poderão ser utilizados, também, no atendimento aos Programas de Assistência aos Egressos do Sistema Penitenciário do Estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/2001, de 03.10.2001 - Mens.).**

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria pedir ao Líder do PMDB, deputado Nereu Moura, para que retirasse a emenda do nosso Projeto de Lei nº 560/2001, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica do Salto de Natal, do município de Campo Mourão.

É uma coisa importante, viu, deputado, para a nossa região, e principalmente à Casa, que vem dando apoio a construções de hidrelétricas, haja vista os apagões que existem no Brasil, e é uma empresa que vai construir. Teremos mais energia no Paraná e no Brasil.

Portanto, pediria a V. Exa. que retirasse esse projeto e não prejudicasse o andamento dessa construção da hidrelétrica no Salto Natal, em Campo Mourão.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem!
(Assentimento)

Atendendo o apelo de V. Exa. deputado Hermas Brandão, e como não tenho intenção de prejudicar o município de Campo Mourão, pelo contrário, um grande município do Estado do Paraná, e em que pese a minha emenda ser pertinente vou retirá-la, para mostrar que nós aqui, não temos nenhum tipo de revanchismo. Apenas ontem, o deputado Tureck tinha a maioria em Plenário; eu pedi para retirar o regime de urgência da matéria e ele não quis.

Então, eu dou uma demonstração de humildade. Retiro a emenda, para deixar aprovar o projeto do deputado.

O SR. NELSON TURECK

Agradeço a sua compreensão deputado, que na verdade é uma obra que vem beneficiar o nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradeço a compreensão do deputado Nereu.

Está retirada a emenda. Vamos votar o projeto.

Está em votação o projeto do deputado Nelson Tureck. Em discussão. Encerrada a discussão. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4387, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para às catorze horas e trinta minutos, com a ordem do dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.